SOMOS O QUE DEVEMOS SER? UMA ANÁLISE DOS CONCEITOS DE PLURALIDADE E DIVERSIDADE NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS SOBRE A PLURALIDADE CULTURAL

*Camila Lima Coimbra**

RESUMO

Este artigo pretende fazer uma análise inicial dos conceitos de pluralidade e diversidade contidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais sobre Pluralidade Cultural. O princípio seguido para esta reflexão perpassa os conceitos de identidade e cultura. Tais conceitos servem de referencial para sustentar a análise em relação ao documento que, segundo a autora, buscam uma “harmonia” nas definições e termos utilizados. Trabalhando a partir de conceitos e definições, o artigo é finalizado com questionamentos sobre a educação escolar e seu papel de ferramenta mediadora do conflito existente nas relações sociais e humanas.

PALAVRAS CHAVE: Pluralidade. Diversidade. Cultura. Educação escolar.

ABSTRACT

This article aims at doing an initial analysis of the concepts of plurality and diversity contained in the National Curriculum Parameters about Cultural Plurality. The principle followed on this reflection passes the concepts of identity and culture. Such concepts serve as reference to support the analysis regarding the document in which, according to the author, seeks to a “harmony” of the definitions and the terms used. Working based on concepts and definitions, the article ends raising questions about the school education and its role as a tool mediator for the conflict that exists in human social relationship.

KEYWORDS: Plurality. Diversity. Culture. School education.

Este trabalho tem como objetivo registrar a busca de um processo identitário como professora/pesquisadora e, ao mesmo tempo, revelar reflexões,

* Professora e coordenadora da disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica dos cursos Normal Superior e Pedagogia da Faculdade Católica de Uberlândia e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.

feitas no início deste processo que pretende ser contínuo, sobre o universo cultural que nos re-define enquanto agentes sociais.

O princípio norteador da reflexão baseia-se na idéia de que o conceito de identidade está imbricado no conceito de cultura, ou seja, conceitos diversos entrecruzam-se: o singular e universal, a alteridade, pluralidade e diversidade. A demarcação de tais concepções é fundamental para traçarmos uma análise inicial dos Parâmetros Curriculares Nacionais sobre o eixo da Pluralidade Cultural.

Assim, o texto, em um movimento de reflexão não-linear, tentará estabelecer uma lógica didática em que a identidade, a cultura e a diversidade são eixos fundadores.

Por uma questão de coerência com os propósitos desta análise e da própria idéia de personalidades culturais que entrecruzam-se, amalgamam-se, início a análise com um breve relato da minha história, ou seja, a minha identidade em contato com o outro que produz novas identidades e novos conceitos.

Tornar-se humano é tornar-se individual, e nós nos tornamos individuais sob a direção dos padrões culturais, sistemas de significados criados historicamente em termos dos quais damos forma, ordem e objetivo e direção às nossas vidas (GEERTZ, 1978, p.37).

A MINHA HISTÓRIA

Somos quem podemos ser
 Sonhos que podemos ter
 Um dia me disseram que as nuvens não eram de algodão
 Sem querer eles me deram as chaves que abrem essa prisão
 (Engenheiros do Hawaii¹)

No início da década de 90 realizei meus dois primeiros anos de graduação no curso de Pedagogia da UFU, ao mesmo tempo em que desenvolvia meu trabalho com a primeira série do Ensino Fundamental. Essa circunstância me permitiu utilizar os dois espaços para fomentação, troca de experiências, discussão, embasamento teórico/prático, propiciando-me a condição de acumular propostas de intervenção na minha vivência profissional posterior.

¹ Banda de rock formada em 1984 em Porto Alegre.

Embora essa fase tenha sido de grande importância para a minha construção profissional, considero 1993 como o ano em que realmente vivi a Universidade no sentido de universal/cidade. Tive, então, a oportunidade de viajar e participar de Encontros, de Congressos, da vida política dentro da UFU, assim como a chance de ampliar meus horizontes para além das relações que se estabeleciam dentro da sala de aula. Pude mirar para o tipo de Universidade que realmente almejamos: pública, gratuita e democrática.

As contradições, desigualdades e exclusões que pude observar até aquele momento fizeram ainda com que eu tomasse a decisão de ingressar numa organização política. Filiei-me ao Partido dos Trabalhadores, na tentativa de dar uma contribuição social para além do individual.

Somos quem podemos ser? Somos quem devemos ser?

Pinto (1969), cria, originalmente, uma reflexão da vida brasileira e da situação do homem, considerando a dramaticidade do ser brasileiro imerso nas opções da história contemporânea. “Ao produzir a cultura, o homem ao mesmo tempo se produz a si próprio em forma de constituição de um modo social de convivência.” (p.136). Nesta relação imbricada, a busca profissional e política, indissociadas, foram atônica.

Nesse percurso de construção da minha identidade, identifico momentos de conflito e uma eterna busca pelo outro. Um jeito de viver e ver a vida em que os problemas impulsionam a tomada de decisão e as escolhas, tanto profissionais quanto acadêmicas. Tudo com idealismo e realismo entrecruzando-se em uma busca de significados.

Ainda esta autobiografia faz sentido neste momento pois me identifica enquanto pessoa que compreende o conflito e a mudança como parte da vida, parte da nossa história. Negá-la seria não enxergar-me.

A HISTÓRIA DO OUTRO: ALTERIDADE

Um dia me disseram que as nuvens não eram de algodão
Um dia me disseram que os ventos às vezes erram a direção
E tudo ficou tão claro, um intervalo na escuridão
Somos quem podemos ser
Sonhos que podemos ter
(Engenheiros do Hawaii)

De acordo com o Dicionário de Filosofia de Abbagnano (2000), alteridade significa ser outro, colocar-se ou constituir-se como outro. A alteridade é um conceito mais restrito do que diversidade e mais extenso do que diferença.

Contudo, é a partir do reconhecimento de minha identidade que consigo re-conhecer o outro, ou seja, a partir de histórias individuais, a escola lida com a diversidade, o outro, a diferença, a pluralidade num contexto coletivo de interações sociais que se contrapõem e se interagem.

A partir deste conceito, inicio a análise dos PCNs sobre Pluralidade Cultural. O documento que pretende estabelecer parâmetros curriculares nacionais sobre a pluralidade cultural, não esclarece os conceitos que utiliza, o que o torna, muitas vezes, obscuro.

Para viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar e valorizar a diversidade étnica e cultural que a constitui. Por sua formação histórica, a sociedade brasileira é marcada pela presença de diferentes etnias, grupos culturais, descendentes de imigrantes de diversas nacionalidades, religiões e línguas. No que se refere à composição populacional, as regiões brasileiras apresentam diferenças entre si; cada região é marcada por características culturais próprias, assim como pela convivência interna de grupos diferenciados. Essa diversidade etnocultural frequentemente é alvo de preconceito e discriminação, atingindo a escola e reproduzindo-se em seu interior. A desigualdade, que não se confunde com a diversidade, também está presente em nosso país como resultado da injustiça social. (BRASIL, 1997b, p.68, destaque nosso).

Como se nota, vários termos são trabalhados sem delimitar significados, o documento não conceitua e nem define palavras eixos, tais como: cultura, pluralidade, diversidade, diferença e sua relação com o contexto educativo.

Para tentar delimitar um campo reflexivo em que alguns conceitos tenham significado, faz-se necessário caminhar por alguns campos singulares com a finalidade de compreender uma relação tão complexa como esta.

Nesse acordo social instaurado omite-se conceitos para buscar o consenso (conciliação das diferenças) em uma suposta harmonia pedagógica. O

que é ser igual? Quem é igual a quem? Siamo todos iguais? Iguais em que? Igualdade e desigualdade são antônimos?

Se formos pensar em direito constitucional, o artigo 5º esclarece: “**Todos são iguais perante a lei**, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”. O artigo 205, reitera: “A educação, **direito de todos** e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao **pleno desenvolvimento da pessoa**, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (destaque nosso).

Ora, o cumprimento desse direito constitucional (indisponível), segundo o qual qualquer criança deve ter acesso à escola, pressupõe a utilização de métodos e práticas que atendam às diferenças entre os educandos, sem discriminações indevidas, considerando-os sujeitos de direitos.

[...] não podemos esquecer de olhar para as trajetórias humanas e escolares dos educandos e tentar entender como vão tecendo seu direito à escola, ao estudo, ao conhecimento, à cultura... Um tecido demasiado tenso e tênue. Nesse tecer seus tempos humanos e de escola vão descobrindo até onde seus direitos se tornam realidade ou ficção. Quem padece os paradoxos dos direitos humanos são essas crianças, adolescentes, jovens-adultos que teimam em tornar-se sujeitos de direitos nesses intrincados e excludentes paradoxos. (ARROYO, 2004, p.111).

Em outras palavras, essas contradições precisam ser vividas. Muitas vezes o educando percebe muito antes do que o espaço escolar as nuances destas relações identitárias e culturais que fazem parte de qualquer contexto social, principalmente do ambiente escolar.

É preciso esclarecer sobre quais princípios pretende-se discutir a pluralidade cultural brasileira; tentar abrandar lutas históricas só impede o que poderia ser um espaço de transformação e mudança, de viver o conflito, ou seja, o momento de evidenciar a diferença.

AS HISTÓRIAS COMO CULTURA

Um dia me disseram quem eram os donos da situação
Sem querer eles me deram as chaves que abrem essa prisão
E tudo ficou tão claro, o que era raro fico comum
(Engenheiros do Hawaíi)

Como podemos pensar em um documento sobre Pluralidade Cultural que não define o seu conteúdo com clareza? Diz o documento:

As culturas são produzidas pelos grupos sociais ao longo das suas histórias, na construção de suas formas de subsistência, na organização da vida social e política, nas suas relações com o meio e com outros grupos, na produção de conhecimentos, etc. A diferença entre culturas é fruto da singularidade desses processos em cada grupo social. (BRASIL, 1997a, p.121).

Ao utilizar o conceito de cultura no plural, o texto acima traduz a idéia de variedade cultural em que o singular pertence a cada grupo social específico. Trata-se, na verdade, de uma concepção linear, em que as diferenças não aparecem, como se naturalizássemos as construções sociais e responsabilizássemos apenas as cargas genéticas para diferenciar os seres humanos ou explicar as relações estabelecidas com o outro e com o meio em que estes vivem.

Se utilizarmos a concepção de Geertz (1978), segundo a qual o conceito de cultura pertence às relações que o homem estabelece com a sua existência, a cultura assumiria o papel de ciência interpretativa.

O conceito de cultura que eu defendo [...] é essencialmente semiótico. Acreditando como Max Weber; que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto não como uma ciência experimental (no caso da antropologia) em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. (GEERTZ, 1978, p.4).

No documento fica, desta forma, complicada a busca da universalidade, do bem comum, concepção cristã que acompanha o texto, pois as interpreta-

ções e as análises são singulares a partir de contextos determinados. Nessa interpretação, não existe um bem comum, uma cultura universal, e sim culturas determinadas temporalmente e historicamente.

O trabalho com a Pluralidade Cultural se dá, assim, a cada instante, propiciando que a escola coopere na formação e consolidação de uma cultura da paz, baseada na tolerância, no respeito aos direitos humanos universais e da cidadania compartilhada por todos os brasileiros. (BRASIL, 1997b, p. 68, destaque nosso).

Mesmo que consideremos o significado de tolerância como acolhimento, a cultura da paz almejada no documento minimiza as diferenças culturais, estabelecendo uma falsa relação com a realidade, pois “a cultura é um produto do existir do homem, resulta de vida concreta no mundo que habita e das condições, principalmente sociais, em que é obrigado a passar a existência.” (PINTO, 1969, p.135).

Ou seja, é contraditório, em essência, buscar esta idéia de consenso, e talvez seja este o grande equívoco do documento, pois pensar em cultura significa de fato enxergar as diferenças. Ainda completa a idéia de que todos são iguais e devemos viver fraternalmente com o seguinte trecho:

Esse aprendizado exige, sobretudo, a vivência desses princípios democráticos no interior de cada escola, no trabalho cotidiano de buscar a superação de todo e qualquer tipo de discriminação e exclusão social, valorizando cada indivíduo e todos os grupos que compõem a sociedade brasileira. (BRASIL, 1997b, p.68, destaque nosso).

Viver os princípios democráticos significa desvelar os conflitos e problemas relativos à existência humana em sua relação com o outro: “a cultura (está localizada) na mente e no coração dos homens.” (GEERTZ, 1978, p.8).

Pluralidade ou diversidade? Estes dois conceitos aparecem no interior do documento como se fossem complementares em alguns momentos e, em outros, como homônimos, com a mesma forma e função.

Ensinar a pluralidade ou viver a pluralidade? Sem dúvida, pluralidade vive-se, ensina-se e aprende-se. É trabalho de construção, no qual o envolvimento de todos se dá pelo respeito e pela própria constatação de que, sem o outro, nada se sabe sobre ele, a não ser o que a própria imaginação fornece. (BRASIL, 1997c, p.141).

Nesse momento, o conceito de pluralidade aparece de forma homônima ao conceito de diversidade, ou seja, aparece a diferença, porém numa idéia de consenso da busca do respeito e da comunhão entre os homens/mulheres.

Alimentar a idéia de que a diversidade de costumes no tempo e no espaço não é simplesmente uma questão de indumentária ou aparência, de cenários e máscaras de comediantes, é também alimentar a idéia de que a humanidade é tão variada em sua essência como em sua expressão.” (GEERTZ, 1978, p.27).

Completaria, ainda, que esta variedade significa contradição, oposição, conflito de histórias individuais e de grupos que constituem uma sociedade.

A noção de um consensus gentium (um consenso de toda a humanidade) – a noção de que há algumas coisas sobre as quais todos os homens concordam como corretas, reais, justas ou atrativas, e que de fato essas coisas são, portanto, corretas, reais, justas ou atrativas - estava presente no iluminismo e esteve presente também, em uma ou outra forma, em todas as eras e climas. (GEERTZ, 1978, p.29).

A idéia de esse consenso esperado ter sua fundamentação histórica no Iluminismo, não corrobora a necessidade de o documento mantê-la, pois a grande ausência percebida no texto sobre a Pluralidade Cultural é da determinação das diferenças, da diversidade, nesse conceito em que o contrário e o oposto identificam-se. Se isto não fica claro, os parâmetros curriculares nacionais parecem “contos de fada” em que todos “viveram felizes para sempre”.

Minha opinião é que tais generalizações não podem ser descobertas através de uma pesquisa baconiana de universais culturais, uma espécie de pesquisa de opinião pública dos po-

vos do mundo em busca de um consensus gentium que de fato não existe e, além disso, que as tentativas de assim proceder conduzem precisamente à espécie de relativismo que toda a abordagem se propunha expressamente evitar. (GEERTZ, 1978, p.30).

Essas generalizações presentes no documento tendem a relativizar a realidade. Segundo o Dicionário de Filosofia de Abbagnano, o relativismo é uma doutrina que afirma a relatividade do conhecimento em que esta idéia do consenso contribui para a negação ou o obscurecimento das diferenças. Ou seja, este documento, que pretende consolidar-se como parâmetros nacionais para a Educação, não poderia primar por isso, mas sim pelo desvelamento de tais consensos (se é que existem!).

Enfim, os conceitos de pluralidade e diversidade misturam-se como se fossem a mesma definição e, até mesmo o dicionário lexicográfico Houaiss os diferencia, colocando a pluralidade como grande número, multiplicidade, um conceito quantitativo das diferenças, enquanto a diversidade apresenta um significado de divergência, contradição, oposição, em que a qualidade da relação apresenta-se como o diferencial.

Podem parecer simplesmente conceitos conflitantes, mas a partir destes é possível identificar a concepção aparente e subjacente de um documento que pretende discutir o universo cultural nas escolas brasileiras.

A EDUCAÇÃO ESCOLAR: PLURAL OU DIVERSA?

Uma estrela de brilho raro, um disparo para um coração
A vida imita o vídeo, garotos inventam um novo inglês
Vivendo num país sedento um momento de embriaguez
Somos quem podemos ser
Sonhos que podemos ter
(Engenheiros do Hawaii)

Pensando na educação escolar, é importante destacar o objetivo geral do documento para o Ensino Fundamental: contribuir para a construção da cidadania na sociedade pluriétnica e pluricultural. O documento ainda propõe, dentre outras, o desenvolvimento das seguintes capacidades:

- *conhecer a diversidade do patrimônio etnocultural brasileiro, cultivando atitude de respeito para com pessoas e grupos que a compõem, reconhecendo a diversidade cultural como um direito dos povos e dos indivíduos e elemento de fortalecimento da democracia;*
- *valorizar as diversas culturas presentes na constituição do Brasil como nação, reconhecendo sua contribuição no processo de constituição da identidade brasileira;*
- *reconhecer as qualidades da própria cultura, valorando-as criticamente, enriquecendo a vivência de cidadania;*
- *exigir respeito para si e para o outro, denunciando qualquer atitude de discriminação que sofra, ou qualquer violação dos direitos de criança e cidadão;*
- *valorizar o convívio pacífico e criativo dos diferentes componentes da diversidade cultural;*
- *compreender a desigualdade social como um problema de todos e como uma realidade passível de mudanças.* (BRASIL, 1997b, p.143, destaque nosso)

Esses objetivos destacados parecem partir de uma harmonia inexistente. Não se pretende incentivar a guerra ou a luta armada, mas é necessário que o documento considere as questões culturais de forma mais realista para que a escola consiga lidar com os conflitos inerentes a esta questão.

Arroyo(2004) identifica a questão do conflito como algo necessário ao cotidiano escolar, algo incentivador e mobilizador de um processo reflexivo que pode significar práticas pedagógicas mais inovadoras e condizentes com a realidade.

[...]Estamos em tempos em que se perdeu a visão romântica das relações intergeracionais, familiares e também escolares. Estamos em tempos em que na mídia e até em nosso discurso docente aparece a escola como violenta e tensa. O espetáculo da escola está mais para drama existencial do que para comédia ou romance e poesia.[...] (ARROYO, 2004, p.335).

A impressão que se tem ao ler o documento sobre Pluralidade Cultural é a de que a mudança da escola é vista como um processo de programação de intervenções e aplicações de remédios nas “ilhas da prática”. A escola apresenta-se como um objeto a mudar e não como um centro de mudança.

Esta forma romantizada de enxergar a educação escolar imobiliza as ações de pessoas que a constituem. Perpassa o ideário de que especialistas precisam agir e não que os/as professores/as também assumam papel de agentes de mudança.

Encarar a escola como centro de mudança significa conduzir a responsabilidade para o desenvolvimento de seu próprio currículo, identificando a diversidade presente em seu contexto histórico e cultural e vivenciando o conflito proveniente destas diferenças. “A escola sempre foi espaço de tensos convívios de relações autoritárias, mas também amorosas e respeitosas.” (ARROYO, 2004, p. 335).

Nem sempre o convívio pacífico significa o respeito às diferenças, pois o que se tem percebido é a negação de sujeitos, excluindo-os do processo educativo. Enquanto as minorias não aparecerem como parte deste contexto diverso, a escola continuará excludente, sem capacidade de lidar com as identidades e as relações de alteridade que a compreendem.

Colocar em relevo uma visão do/a professor/a como agente da inovação e do desenvolvimento curricular, cuja aplicação, disposição e ética profissional podem levá-lo a um posicionamento sobre a sua prática, que lhe permita aprender no contexto do seu trabalho do dia-a-dia, tanto gerando conhecimento a partir da sua prática, como no contexto deliberativo do trabalho com seus pares, significa entender a escola como centro de aprendizagem contínua e permanente.

Neste sentido, pode e deve ter lugar uma luta ideológica preocupada em definir e debater linguagens, sentidos e significados através de um discurso progressista que busque a identificação e o respeito a opostos.

Ser crítico, nesse sentido, exige não só dispor de um discurso que se auto-proclame como tal, mas também desenvolver e reconstruir este mesmo discurso, tendo em conta as opiniões, valorações, situações de trabalho e perspectivas da educação escolar e dos/as próprios/as professores/as, para, além disso, criar as condições para que este discurso seja elaborado socialmente pelos diversos agentes educativos em espaços e contextos em que a teoria pedagógica e a prática educativa se encontrem numa relação dialética.

O FIM DO SEM FIM²: UM PERCURSO PERMANENTE

Somos quem podemos ser
Sonhos que podemos ter
Quem ocupa o trono tem culpa, quem oculta o crime,
também
Quem duvida da vida tem culpa, quem evita a dúvida,
também tem
(Engenheiros do Hawaii)

Para apresentar algumas considerações em relação ao tema deste trabalho, uso o título do documentário feito pelo diretor mineiro Cao Guimarães, pois esta discussão sobre a diversidade/pluralidade cultural³ não terá um fim imediato. As discussões, organizações sociais e políticas são recentes e pretendem avançar ainda muito sobre as contribuições no contexto escolar. Por isso, “o fim do sem fim”...

Mesmo neste texto, as conclusões são provisórias, pois partem de determinado contexto em que a minhas reflexões contribuíram para tal análise, a saber:

1. A minha história define e re-define a trajetória profissional que percorro no momento sobre o tema diversidade cultural, por isso a necessidade de contar a minha história no início. No campo educacional, várias pessoas aventuram-se a falar sobre algo sem dizer de que lugar estão partindo. Quem somos para dizer o que dizemos. Como diria Freire (1997), viver significa tomar partido. *Um dia me disseram que as nuvens não eram de algodão.*
2. A definição de alguns conceitos é fundamental para a compreensão e a análise como pesquisadora/professora da prática educativa. Os conceitos ajudam a definir a concepção epistemológica, ontológica e metodológica de um documento oficial. Os conceitos se misturam, são ambíguos e dificultam a clareza do que se quer no que tange a uma política pública, como, nesse caso, os parâmetros curriculares nacionais são, lamentavelmente, exemplo. *Quem ocupa o trono tem culpa, quem oculta o crime, também.*
3. *E tudo ficou tão claro, um intervalo na escuridão.* Pluralidade e diversi-

² O documentário de Cao Guimarães traz este título pois destaca em vários estados brasileiros profissões que estão em extinção, mas que ainda existem neste Brasil afora.

³ Depois deste processo reflexivo identitário, prefiro entender o Brasil como um país diverso e não apenas plural.

dade são conceitos diferentes. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais sobre a Pluralidade Cultural, existe uma semelhança conceitual entre os mesmos, o que dificulta o entendimento do que se pretende com o documento.

4. *Vivendo num país sedento um momento de embriaguez.* Vivemos em um país desigual que nega as diferenças e tenta minimizá-las para, segundo o documento, uma convivência pacífica e democrática. Historicamente, vivemos numa sociedade capitalista, com classes sociais antagônicas e enquanto não discutirmos isto para a compreensão das injustiças sociais, fica difícil perceber, de forma efetiva, o diferente, o diverso. O momento de embriaguez tem que ser substituído por um momento de sobriedade para que possamos viver a realidade como ela, de fato, nos apresenta.
5. *Sem querer eles me deram as chaves que abrem essa prisão.* Para o debate sobre a diversidade cultural na educação escolar brasileira, é necessário viver o conflito e, ainda, radicalizar.

Isto significa alistar nossas pedagogias a serviço das pessoas pobres, despossuídas e oprimidas. Significa interrogar, perturbar, desmistificar, descentrar criticamente os sistemas de inteligibilidade que guiam a sociedade panóptica e disciplinar, que gesta a soberania, a lógica da divisão e autoridade, sintomaticamente reveladas pela crise do politicamente correto. Isto também significa uma guerra sem reservas contra o capitalismo. (McLAREN, 2000, p.52).

Buscando o consenso universal, negamos o outro, negamos a nós mesmos, a nossa identidade, a nossa cultura, o que somos e como resistimos. Por isso, em muitos momentos somos o que devemos e podemos ser e não o que queremos ser.

Dizer que todos são iguais, partindo de um princípio ético é compreensível. Mas somos desiguais nos direitos. Por isso este subtítulo. É necessário compreender esse documento temporalmente, para entender que este é apenas o início de um processo. O fim do sem fim...

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, Mere. (Org.) *Quando a universidade vai à escola pública: oficinas pedagógicas na formação docente, uma prática curricular sob a inspiração de Paulo Freire*. São Paulo: Lúmen, 2004.
- ABBAGNANO, Nicola. Alteridade. In: *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ARROYO, Miguel G. *Imagens Quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BRASIL, Secretaria de Ensino Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino de primeira a Quarta séries*. Volume 1: “Introdução”. Brasília, MEC/SEF, 1997a. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sef/ef.htm>>.
- BRASIL, Secretaria de Ensino Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino de primeira a Quarta séries*. Volume 10: “Pluralidade Cultural”. Brasília, MEC/SEF, 1997b. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sef/ef.htm>>.
- BRASIL, Secretaria de Ensino Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais. Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental*. Volume 2: “Temas transversais: Pluralidade Cultural” (p.115-165) Brasília, MEC/SEF, 1997c. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sef/ef.htm>>.
- CASALI, Alípio. Saberes e procederes escolares: o singular, o parcial, o universal. In: FÓRUM Paulista de Pós-Graduação em Educação. *Conhecimento, pesquisa e educação*. Campinas, Papyrus, 2001.
- HOUAISS, Antônio. Diversidade. In: *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- PLURALIDADE. In: HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- IBERNÓN, Francisco. *Educação para o século XXI: os desafios do futuro imediato*. Porto Alegre, RS: Artmed Editora, 2000.
- McLAREN, Peter. *Multiculturalismo Crítico*. 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000. (Coleção Prospectiva, v.3)
- PINTO, Álvaro V. (1967) *Ciência e existência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

Dossiê

AÇÕES COMUNITÁRIAS